

A construção de uma proposta de requalificação da Rua dos Inconfidentes e de seu entorno, em Ouro Preto, MG

ET2: Dimensão humana do projeto, do planejamento e da gestão da
paisagem

Alice Viana de Araújo 1
Universidade Federal de Ouro Preto
E-mail: alice.araujo@ufop.edu.br

Yuri Queiroz Abreu Torres 2
Universidade Federal de Ouro Preto
E-mail: yuri.torres@ufop.edu.br

João Pedro Silva Costa 3
Universidade Federal de Ouro Preto
E-mail: joao.psc@aluno.ufop.edu.br

Ana Carla Pena Caldeira 4
Universidade Federal de Ouro Preto
E-mail: ana.cpc@aluno.ufop.edu.br

Thamires Alvina Sales Gonçalves 5
Universidade Federal de Ouro Preto
E-mail: thamires.goncalves@aluno.ufop.edu.br

RESUMO

Este trabalho analisa o papel contemporâneo dos espaços livres públicos em centros históricos, tomando como estudo de caso a Rua dos Inconfidentes, em Ouro Preto (MG). Localizada em uma região pericentral estratégica e marcada por conexões estruturais para a cidade, a área evidencia um processo contínuo de transformações morfológicas associado ao crescimento urbano. Atualmente, caracteriza-se por intensa disputa espacial entre pedestres e veículos, escassez de mobiliário voltado à permanência e paisagismo pouco funcional, fatores que comprometem sua apropriação cotidiana. Para responder a esses desafios, articula-se um conjunto de metodologias complementares, como diagnóstico físico-funcional, análises históricas e cartográficas, revisão bibliográfica e leitura crítica da paisagem, com o objetivo central de construir uma compreensão integrada dos problemas existentes. Essa etapa diagnóstica fundamenta uma proposta de requalificação orientada por demandas comunitárias e pela valorização dos elementos culturais e simbólicos que caracterizam a área. Parte-se da hipótese de que intervenções embasadas em princípios contemporâneos de desenho urbano, mobilidade e preservação patrimonial são capazes de ressignificar esta e outras praças históricas como espaços públicos qualificados.

PALAVRAS-CHAVE: espaço público; requalificação urbana; paisagem histórica.



ABSTRACT

This study examines the contemporary role of public open spaces in historic centers, using as a case study the region around Rua dos Incondifentes, in Ouro Preto, Brazil. Located in a strategic pericentral area and shaped by key structural connections within the city, the area reveals an ongoing process of morphological transformations associated with urban growth. Currently, it is characterized by an intense spatial dispute between pedestrians and vehicles, a scarcity of urban furniture that supports permanence, and a low-functioning landscape design, all of which compromise its everyday appropriation. To address these challenges, a set of complementary methodologies is articulated, including physical-functional diagnosis, historical and cartographic analyses, bibliographic review, and critical landscape reading, with the main objective of composing an integrated understanding of existing problems. This diagnostic phase supports a requalification proposal oriented by community demands and by the enhancement of the cultural and symbolic elements that characterize the area. The study is grounded in the hypothesis that interventions based on contemporary principles of urban design, mobility, and heritage preservation can resignify this and other historical squares as qualified public spaces.

KEYWORDS: public spaces; urban requalification; historical landscape.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema central a análise dos espaços livres de uso público (ELUPs), com o objetivo de aprofundar a compreensão das expectativas e demandas contemporâneas de lazer, especialmente no contexto de pequenas praças e largos situados em regiões pericentrais dos centros históricos de cidades brasileiras.

Os ELUPs são compreendidos como áreas urbanas de propriedade pública destinadas à circulação, permanência e lazer, tais como as ruas, largos e praças, e constituem elementos estruturantes da paisagem dos centros históricos, articulando funções sociais e simbólicas. Historicamente associados a atividades comerciais, políticas e religiosas, esses espaços tiveram seu papel ampliado com o surgimento de novos modais de transporte e com transformações socioculturais, ainda que mantivessem seus aspectos morfológicos pouco alterados. Quando qualificados, os ELUPs promovem interação social, bem-estar físico e mental, senso de pertencimento e cidadania, contribuindo para uma paisagem urbana dinâmica e inclusiva. No entanto, quando negligenciados, podem se converter em espaços de insegurança e violência, sendo evitados pela população, utilizados apenas como locus de passagem e estacionamento veicular.

Diretrizes como acessibilidade, diversidade de atividades, conforto e segurança aumentam o potencial de apropriações, orientando a concepção de ELUPs bem-sucedidos. Além disso, a circulação por meio de percursos sombreados, pavimentação segura, iluminação adequada ao pedestre e ainda oportunidades de descanso em mobiliário adequado fortalecem a mobilidade ativa e estimulam a vitalidade desses locais, reforçando seu



papel como suportes fundamentais também da vida urbana contemporânea.

A hipótese que norteia este estudo é de que uma requalificação fundamentada em discussões e práticas contemporâneas para espaços livres de uso público em contextos históricos, conciliando mobilidade urbana e conservação patrimonial, transformaria espaços cuja função predominante de circulação atua como neutralizadora de outras formas de apropriação, em um espaço mais funcional e atrativo para a sociedade. Objetivou-se, portanto, fundamentar e desenvolver uma proposta de requalificação urbanística e paisagística para a Rua dos Inconfidentes e seu entorno, no Centro Histórico de Ouro Preto-MG, em consonância com as demandas de uso identificadas, bem como com as normas de preservação patrimonial estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com a teoria contemporânea da conservação. Ao diagnosticar física e socialmente a área, a partir de uma combinação de metodologias de Avaliação Pós-Ocupação, buscou-se formular um projeto capaz de aprimorar a segurança e a mobilidade de pedestres, mitigar conflitos viários e qualificar os espaços de lazer passivo. A proposta visou, em última instância, elevar a qualidade ambiental e social do espaço público, promovendo um ambiente mais acessível, funcional e adequado às necessidades da comunidade local e dos usuários ocasionais.

2 OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NAS CIDADES HISTÓRICAS

2.1 Os desafios

Os Espaços Livres de Uso Público (ELUPs) desempenham papel central na valorização da paisagem dos centros históricos. Praças, largos e ruas não apenas ampliam as possibilidades de fruição do patrimônio cultural pelos visitantes, como também se configuram como espaços de convivência e lazer quotidianos imprescindíveis à qualidade de vida da população local. Sem essa qualificação, muitas vezes esta se torna apartada das dinâmicas centrais, entendendo os espaços patrimoniais como espaços apenas de experiência turística.

Contudo, a exemplo do que ocorre em diversas cidades contemporâneas, transformações na escala e na configuração urbana, como a priorização do automóvel em detrimento do pedestre, a redução da diversidade de usos, os processos de suburbanização e a disseminação de estruturas arquitetônicas hostis, associadas à ausência de políticas públicas eficazes, têm resultado em um processo contínuo de degradação e abandono desses espaços (ARANTES, 2021). Soma-se a isso o deslocamento de atividades tradicionalmente realizadas nas ruas para o interior dos edifícios, impulsionado pela crescente especialização e segmentação das necessidades sociais (SERDOURA, 2007), o que reduz ainda mais a vitalidade do espaço público.

Nesse contexto, o planejamento qualificado dos ELUPs e a adoção de estratégias de adaptação do desenho urbano tornam-se fundamentais para



restabelecer as conexões entre as áreas contemporâneas e o núcleo histórico da cidade. Tais intervenções podem fortalecer o senso de pertencimento da população, estimular novas formas de apropriação e enriquecer as experiências de uso do sítio tombado (BONDUKI, 2012). Entretanto, esse processo encontra desafios significativos, sobretudo no que se refere à atualização de infraestruturas e à resposta às novas demandas sociais. Essas limitações envolvem tanto as restrições impostas pelas normas de preservação e diretrizes de tombamento quanto às condicionantes físicas do território, como o traçado viário e as características consolidadas de ocupação urbana. Somam-se a essas os desafios impostos pelas condições de mobilidade e as opções por determinados modais, que muitas vezes sufocam as outras formas de apropriação potenciais dos espaços urbanos.

Reconhecida nacional e internacionalmente por sua expressiva paisagem cultural, Ouro Preto abriga o mais amplo conjunto patrimonial preservado do período colonial brasileiro, o que lhe confere elevado potencial turístico, reforçado por eventos e celebrações realizadas ao longo do ano (ROSA, 2013). Contudo, a forte pressão exercida por essa lógica turística, centrada na espetacularização dos bens tombados - uma opção política local que data desde a década de 1920 (ARAÚJO, 2018), tende a converter os espaços livres públicos mais centrais em cenários rigidamente configurados, pouco adaptáveis às práticas cotidianas dos moradores. Bonduki (2010), entretanto, ressalta que Ouro Preto deve ser compreendida como uma cidade viva e em permanente transformação, e, portanto, não pode ser reduzida a uma imagem estática destinada exclusivamente à contemplação turística. Seu centro histórico ainda guarda a função de centralidade principal, atraindo moradores de todo o município e ainda dos demais municípios de sua microrregião, sendo dinâmico e organizador do território.

Nesse contexto, salientamos ainda que as discussões sobre patrimônio têm ganhado cada vez mais importância para a sociedade, e sua definição foi muito ampliada desde o século passado. As cartas patrimoniais têm sido essenciais para a proteção e adaptação de espaços históricos. Da Carta de Atenas de 1931 às Normas de Quito em 1967, quando se inicializa o reconhecimento e defesa da manutenção e preservação da paisagem histórica, a postura em prol da supressão de elementos de interferência de outras épocas e a inibição da manifestação cultural do presente foi responsável por diversas críticas em abordagens posteriores. Entre as décadas de 1960 e 1980, documentos como a Carta de Veneza (1964), a Carta do Restauro (1972) e, posteriormente, a Carta de Washington (1987) ampliaram o entendimento de preservação ao incluir diretrizes para reestruturação urbanística, reordenamento viário e revisão de equipamentos e mobiliário urbano que permitissem uma maior apropriação dos espaços pelos seus usuários. A partir da Declaração de San Antonio (1996) adiciona-se a esse viés a inclusão do reconhecimento da necessidade de melhorias para a mobilidade urbana, com especial destaque para o favorecimento dos modos não motorizados de deslocamento, mais compatíveis com a realidade histórico-patrimonial (ARAÚJO, 2018).



A partir disto, equilibrar a modernização da infraestrutura com a preservação é um desafio contínuo, mas não sem precedentes. Projetos eficientes e bem-sucedidos demonstram a possibilidade de integrar conservação e adaptação dos espaços históricos, em um processo não necessariamente inventivo, mas de retomada da escala humana como ponto de partida. Exemplos disso são as iniciativas de implantação de recursos de acessibilidade, redesenho viário para moderação de tráfego, estratégias de gestão restritiva da circulação e do estacionamento de veículos privados, dentre outras (RIBEIRO, 2014). Em muitas experiências, complementa-se o conjunto protegido com mobiliário de design contemporâneo, porém respeitoso ao patrimônio histórico, e até mesmo paisagismo em espaços conformados como praças secas, auxiliando na mitigação das ilhas de calor urbanas manifestas em alguns dos centros antigos.

Assim, percebemos que há uma mudança de paradigma em relação aos espaços livres históricos, ratificados por uma maior pressão popular pela apropriação em centros cenarizados, por novas discussões na esfera da conservação, mas também pelas agendas globais em prol de melhores condições de vidas nos espaços urbanos, como a ODS 11 e a Nova Agenda Urbana (NAU), que defendem que as cidades devam ser mais inclusivas, mais seguras, mais resilientes e mais sustentáveis. Essas posturas nos levam a acreditar que outro futuro seja possível para centros como Ouro Preto, democratizando e atualizando seus espaços de lazer e encontro, favorecendo a construção de vínculos mais positivos da população local e visitante com o antigo centro minerador.

2.2 Caracterização da área

A Rua dos Inconfidentes constitui um importante ponto nodal do distrito-sede de Ouro Preto, sendo uma das principais vias estruturadoras da cidade, com função estratégica de articular o centro histórico ao bairro Bauxita, subcentralidade consolidada na segunda metade do século XX, e que abriga importantes polos geradores de fluxo, como instituições de ensino (UFOP e IFMG), um setor comercial e de serviços em expansão e uma área residencial em contínuo crescimento. A Praça Prefeito Amadeu Barbosa, localizada em um dos extremos da via, integra o conjunto de espaços livres de uso público situados do limite de tombamento da Zona de Proteção Especial (ZPE). Popularmente conhecida como Praça da Barra, configura-se como um alargamento ao final da Rua dos Inconfidentes, no cruzamento com a Rua Pandiá Calógeras (Morro do Gambá) e com a centenária Ponte da Barra, localizada na margem sul do Córrego do Funil. No outro extremo da Rua dos Inconfidentes, já no bairro Pilar, localiza-se a Praça Cesário Alvim, popularmente conhecida como Praça da Estação, em razão da antiga estação ferroviária ali situada. Em frente a ela encontra-se o Terminal de Integração José da Silva de Araújo, que atualmente concentra diversas rotas do transporte público municipal (Figura 1).

Figura 1: Localização da área de estudo



Fonte: Autores, 2025.

Com aproximadamente 15.300 m² de espaço livre público, a área localiza-se integralmente na ZPE de Ouro Preto, reconhecida por seus valores paisagísticos, urbanísticos e arquitetônicos, cuja preservação é regulada por normas específicas. Conforme a Lei Complementar nº 93/2011, quaisquer intervenções urbanísticas ou arquitetônicas realizadas nesse perímetro, sejam públicas ou privadas, devem atender a critérios de conservação, assegurando compatibilidade com os valores culturais, a morfologia urbana, as tipologias arquitetônicas e a integridade dos espaços livres públicos (OURO PRETO, 2011). A legislação também determina que as intervenções priorizem a preservação do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico, a manutenção dos sistemas construtivos tradicionais, a permeabilidade do sistema viário e a proteção das paisagens envolventes, orientando processos de requalificação que aliem salvaguarda patrimonial e melhoria da qualidade urbana. Assim, qualquer projeto inserido na ZPE requer análise criteriosa e submissão aos órgãos de tutela, dado o caráter preponderante da preservação na definição das soluções projetuais.

A maior parte das edificações situadas na área de estudo data do final do século XIX e do início do século XX, período em que se consolidaram elementos característicos das arquiteturas colonial e eclética. Quanto às tipologias e aos usos, predominam construções de dois pavimentos, majoritariamente configuradas como edificações de uso misto, articulando atividades comerciais e de serviços no térreo (padarias, lanchonetes, restaurantes etc.) a funções residenciais no pavimento superior, seja na



forma de unidades unifamiliares, seja como repúblicas estudantis.

Historicamente, tanto a rua quanto a praça desempenharam papel central na dinâmica social e econômica da expansão da antiga cidade colonial, especialmente em função da implantação da linha ferroviária ao final do século XIX. Localizadas inicialmente em um contexto de menor densidade urbana e de fluxos significativamente reduzidos em comparação ao da região consolidada até a primeira metade do século XIX, essas infraestruturas foram concebidas para atender demandas distintas das atuais. Com a retomada da atividade mineradora e com o espraiamento urbano em direção à região da Bauxita, a região deixou de ser uma franja pericentral para se tornar um hub rodoviário relevante entre a velha e a nova cidade. Os fluxos se multiplicaram, a antiga via foi efetivamente urbanizada e paulatinamente adaptada para acomodar carros, ônibus, atividades econômicas e cada vez mais pedestres. Infelizmente, como é onipresente em nossas cidades, a grande maioria das transformações foi feita para viabilizar um melhor escoamento veicular, em detrimento da qualidade da experiência pedestre. Os projetos paisagísticos que recebeu também não parecem terem sido embasados em uma observação cuidadosa das práticas locais, mas apenas no embelezamento verde do espaço.

Independente de seu valor histórico ou da riqueza paisagística de seu entorno, a Rua dos Inconfidentes apresenta hoje problemas comumente observados em quase todos os centros urbanos das pequenas cidades brasileiras, como calçadas inadequadas, iluminação deficitária, ausência de travessias seguras para pedestres e recorrência de estacionamento irregular. Além disso, o deslizamento do Morro da Força, ocorrido em janeiro de 2022 e noticiado por todo o país, agravou as condições de circulação nas proximidades da Praça da Estação, ao estreitar a passagem em um ponto estratégico e comprometer o fluxo nos horários de pico.

A Praça da Estação, ponto inicial da via, é hoje subutilizada. Concebida como um pequeno jardim eclético, sua infraestrutura limitada resulta em baixa vitalidade e pouca apropriação cotidiana, embora ocasionalmente receba feiras. A desativação da estação ferroviária provavelmente intensificou esse declínio. Diante de sua localização estratégica e dos fluxos constantes em ponto localizado na proximidade (terminal de integração), no entanto, acredita-se que a praça tenha potencial para ser requalificada como espaço de lazer e sociabilidade para a comunidade.

A Praça da Barra, ponto final da Rua dos Inconfidentes, por sua vez, passou ao longo do tempo por sucessivas transformações em seus usos e em sua infraestrutura, em decorrência do crescimento urbano direcionado majoritariamente para o setor sul da cidade. Tal processo foi inicialmente impulsionado pela instalação das atividades mineradoras a partir da década de 1930 e, posteriormente, pela implantação dos campi do IFMG e do Morro do Cruzeiro da UFOP e pelas urbanizações mais recentes em seu entorno. A grande circulação de estudantes dinamiza seu cotidiano e renova sua paisagem social, misturando-se a alguns usos mais tradicionais, como a



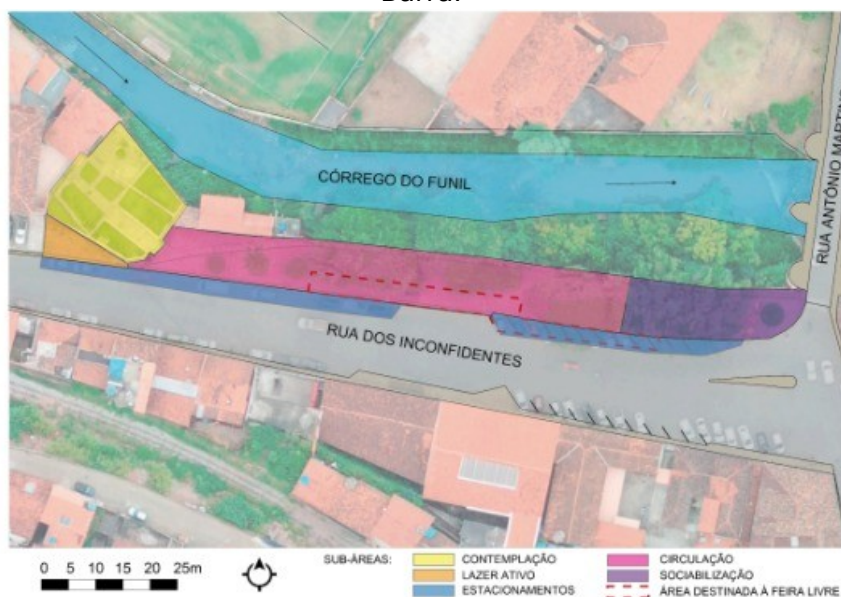
apropriação dos espaços da antiga Ponte da Barra para o jogo de carreado pela população local mais idosa. A falta de infraestrutura formal dessa extremidade é corrigida pelos comerciantes e moradores locais, que ocupam o espaço com mobiliário particular, refletores ligados informalmente à rede pública e até mesmo guarda-sóis, instalados para favorecer as apropriações. O fato verificado em campo de que a população se apropria da área de forma ativa, e até mesmo custosa, confirma a hipótese de que a região da Rua dos Inconfidentes é reconhecida como um comum urbano valioso, merecendo do poder público mais atenção, especialmente no tocante à melhorias na caminhabilidade e à gestão do espaço como um todo.

3 METODOLOGIA E DIAGNÓSTICO

A partir das considerações anteriores, verificou-se a necessidade de empregar metodologias multidisciplinares, capazes de oferecer uma abordagem holística aos fenômenos observados no espaço público, antes de se apresentar uma proposta de intervenção. Inicialmente, realizou-se um inventário físico, acompanhado do registro fotográfico dos equipamentos urbanos e das infraestruturas existentes. Para o registro das dinâmicas locais, com ênfase nas atividades estacionárias e nos fluxos de veículos e pedestres, empregou-se a técnica de observação participante e registros fotográficos e videográficos, conduzidos em diferentes dias e faixas horárias, além da elaboração de mapas e de diagramas interpretativos. Os horários das visitas contemplaram, sobretudo, períodos próximos ao almoço e ao fechamento do comércio, de modo a captar a maior diversidade possível de padrões de uso. No caso de alguns trechos específicos da Rua dos Inconfidentes, devido ao alto fluxo veicular, optou-se pelo método de observação e contagem indiretas, fundamentado no clássico estudo de Whyte (1980) e mais recentemente de Zeizel (2006) de registro das formas de apropriação dos usuários em espaços públicos, adaptando para um registro por filmagem em *time lapse*. Essa técnica, facilmente operacionalizável por meio de um *smartphone* fixado em edificações próximas, possibilitou a revisão posterior do material, favorecendo tanto a quantificação dos fluxos quanto a análise comportamental, ao permitir a identificação mais precisa das movimentações e padrões de uso registrados.

Adotou-se, complementarmente, o método *Functional Subareas*, proposto por Cooper-Marcus e Francis (1998), e procedimentos sistematizados pelo Instituto Gehl no guia *Public Life Tools: The Complete Guide* (2017), referências amplamente utilizadas em estudos de Avaliação Pós-Ocupação (APO) e previamente aplicadas pelo grupo em outros espaços públicos de Ouro Preto. A adoção desses instrumentos, principalmente na Praça da Barra, permitiu identificar pressões, carências e potencialidades relacionadas tanto aos moradores quanto aos usuários ocasionais (Figura 2).

Figura 2: Resultado de mapeamento de subáreas funcionais na região da Praça da Barra.



Fonte: Autores, 2024.

Na Praça da Barra, especialmente em sua porção contígua à ponte, observa-se que, ao final da tarde e, de forma mais intensa, aos fins de semana, o espaço é predominantemente apropriado para atividades de sociabilidade (comer, beber e conversar), favorecidas pela instalação temporária de mesas e cadeiras vinculadas aos bares do entorno (Figura 3). Essa configuração efêmera reorganiza os fluxos de circulação, levando os pedestres a contornar a área central e a transitar pelas bordas da praça, seja junto à pista de rolamento, seja ao longo da mureta, também frequentemente utilizada como assento diante da escassez de mobiliário fixo.

Figuras 3 e 4: Estacionamento e espaços de sociabilização da Praça Prefeito Amadeu Barbosa



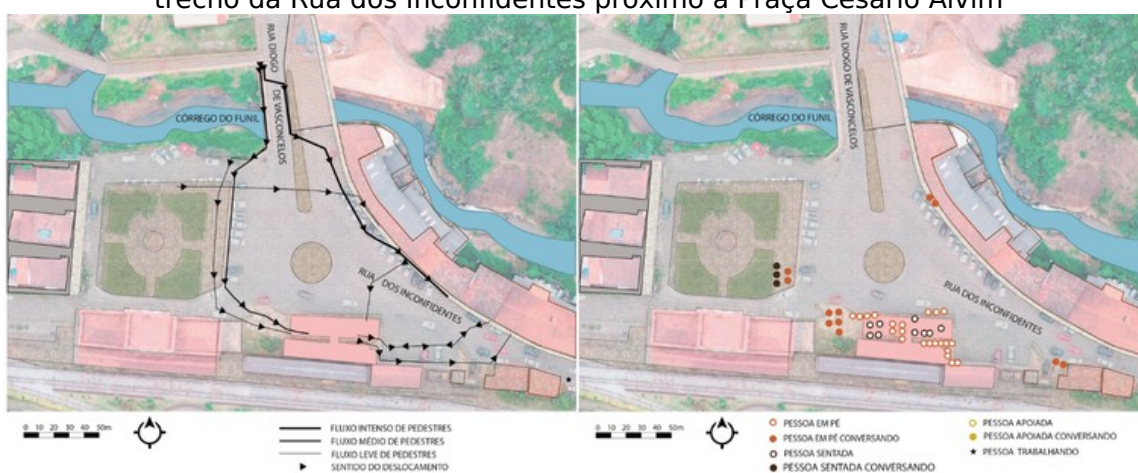
Fonte: Autores, 2025.

Ao longo da Rua dos Inconfidentes, apesar de se tratar de uma via comercial, a reduzida dimensão e a baixa qualificação dos passeios limitam as condições de conforto e permanência. Como resultado, o espaço é utilizado predominantemente como eixo de passagem (Figura 4). Observa-

se que a maioria dos pedestres se concentra nas imediações dos pontos de ônibus, o que reforça que a permanência tende a ser breve e motivada sobretudo pela necessidade de acesso ao transporte público.

Para compreender essas dinâmicas, elaboramos mapas que identificam os principais pontos de permanência e os fluxos pedestres em toda a área (Figuras 5 e 6). A análise desses mapas permite reconhecer os trajetos mais recorrentes e os pontos de travessia mais demandados, evidenciando padrões de circulação associados às limitações físicas dos passeios. Esses resultados confirmam a necessidade de qualificação das calçadas e da implantação de faixas de pedestres, de modo a adequar o ambiente urbano às condições e necessidades da mobilidade cotidiana.

Figuras 5 e 6: Levantamento de fluxos de pedestres e atividades estacionárias em trecho da Rua dos Inconfidentes próximo à Praça Cesário Alvim



Fonte: Autores, 2025.

O diagnóstico consolidou uma visão integrada sobre as dinâmicas e os conflitos que definem o uso atual da praça e de seu entorno, já registradas anteriormente pela comunidade. As solicitações registradas junto à Câmara Municipal entre 2017 e 2023, especialmente aquelas relativas à implantação de faixas elevadas, melhorias de travessia e intervenções de arborização, reforçam problemas previamente identificados, como a disputa entre pedestres e veículos, a baixa qualidade do paisagismo, a fragmentação dos canteiros e a insuficiência de iluminação. A inexistência de projetos previstos e a recorrência de demandas não atendidas evidenciam a necessidade de revisão completa do desenho da praça, com soluções que priorizem a segurança, maior sombreamento, além melhor integração visual e funcional do espaço.

Paralelamente, pleitos antigos por usos de lazer passivo, como a instalação de bancos e mesas de jogos, revelam o potencial social do espaço e a demanda comunitária por maior permanência. Assim, a intervenção proposta propôs-se a promover a legibilidade e a funcionalidade da praça, ampliando sua capacidade de acolher práticas cotidianas e consolidando-a como um espaço público qualificado em consonância com seu contexto histórico e simbólico.

4 A PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO

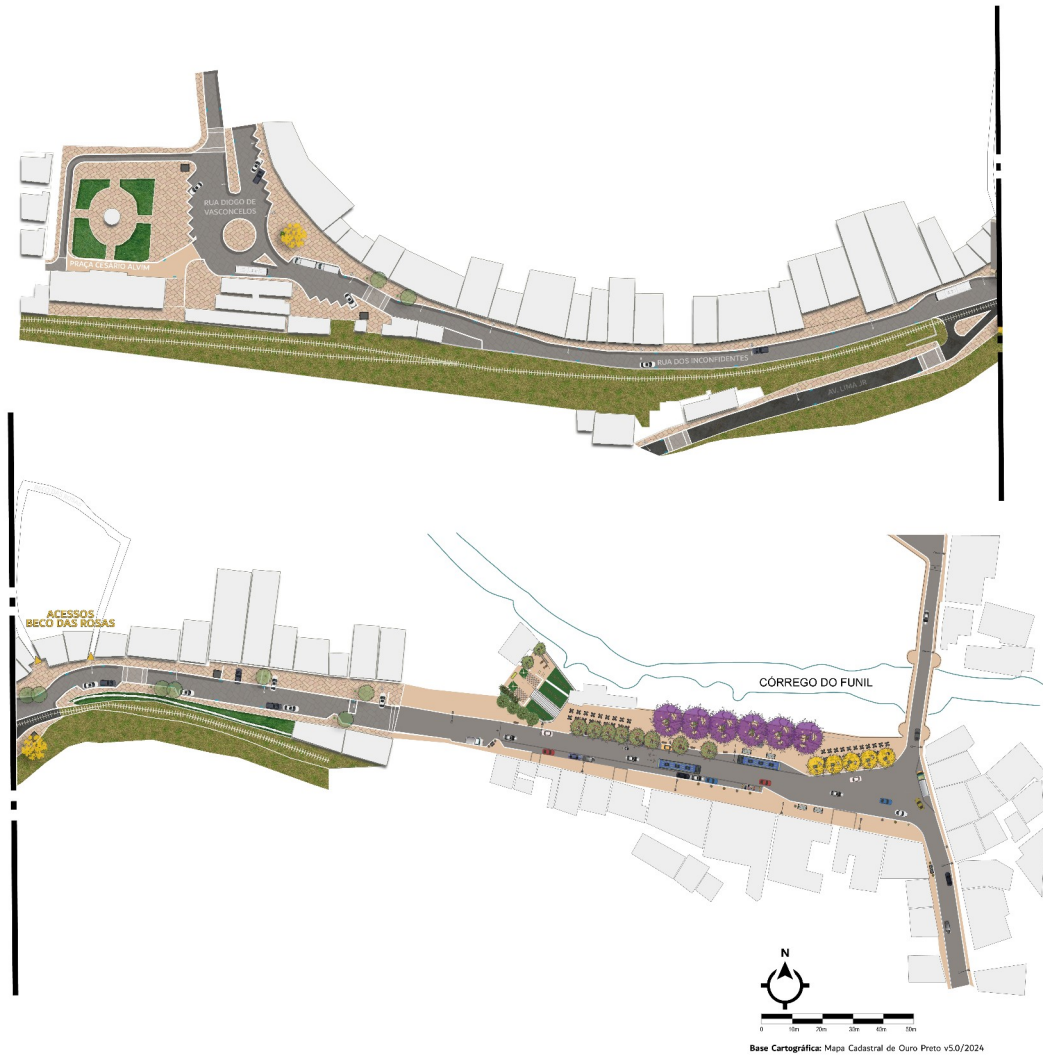
As diretrizes do Documento de Referência para Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos do IPHAN (RIBEIRO, 2014), forneceu subsídios essenciais para a elaboração das diretrizes projetuais. Esses referenciais permitiram articular preservação patrimonial, segurança viária e qualificação do espaço urbano, orientando soluções como a redistribuição do espaço viário, o fortalecimento da caminhabilidade e a adoção de princípios de via compartilhada. A proposta final (Figura 7), portanto, estruturou-se sobre uma leitura integrada das dimensões históricas, morfológicas, funcionais e paisagísticas da praça, buscando recompor sua coerência espacial de antigo largo e ressignificar seu papel no cotidiano local.

Para o trecho da Rua dos Inconfidentes situado entre as duas praças, as diretrizes envolveram a ampliação e qualificação das calçadas a partir da regularização da largura da pista, a reorganização dos estacionamentos e das baias de carga, descarga e transporte público, a implantação de travessias elevadas, a renovação da sinalização viária e a melhoria dos dispositivos de iluminação e coleta de resíduos. Já para a Praça da Estação, propuseram-se ações voltadas à criação de condições para usos mais diversificados, como lazer, eventos culturais e gastronômicos, assegurando uma ocupação contínua do espaço por meio de uma programação capaz de fortalecer sua atratividade e dinamismo social.

A proposta, em especial, apresentou mudanças significativas para a requalificação da Praça da Barra. Na tentativa de aumentar a área útil e eliminar os excessos da pista de rolamento, adotou-se o modelo de via compartilhada neste trecho, favorecendo o uso equilibrado e funcional por diferentes modais e garantindo a segurança e o conforto de todos os usuários. A ideia de promover unidade, em vez de espaços desconexos observados no diagnóstico, buscou garantir maior fluidez e facilitar a interação entre os usuários, gerando um ambiente mais convidativo e integrado.

A reconfiguração do paisagismo também buscou trazer benefícios ao reorganizar o fluxo de circulação, eliminando barreiras físicas que limitavam o uso amplo da praça. Ao substituir os canteiros maiores e altos por golas isoladas de árvores de tamanhos variados, a proposta não apenas buscou melhorar a acessibilidade e a visibilidade, mas também criar um ambiente mais agradável e funcional, onde o espaço é distribuído de forma a favorecer a interação entre as pessoas, sem perder algumas das principais dinâmicas existentes como, por exemplo, o uso do espaço pelo mobiliário dos estabelecimentos ao redor. Essas intervenções, além de melhorar o trânsito na praça, visam oferecer uma maior variedade de usos e apropriações, estimulando um convívio mais inclusivo e garantindo que o espaço atenda às necessidades da comunidade de forma eficiente e agradável.

Figuras 7: Proposta de requalificação para Rua dos Inconfidentes e entorno



LEGENDA

Iluminação

- ILUMINAÇÃO INTEGRADA À RDA + ILUMINAÇÃO CALÇADA
- ILUMINAÇÃO CALÇADA (NOVA)
- POSTE RDA COM ILUMINAÇÃO PARA PEDESTRE
- LUMINÁRIA LÂMPIÃO
- POSTE VAZIO (APENAS USO DOS REFLETORES PELO BAR)

Drenagem

- BOCA COLETORA
- PONTO HIDRÁULICO
- GRELHA QUADRADA

Resíduos sólidos

- COLETOR 1000L
- LIXEIRA
- LIXEIRA COM 4 CESTOS
- LIXEIRA MODELO DUPLO

Mobilidade

- P PONTO DE ÔNIBUS
- TRAVESSIA ELEVADA
- TRILHO FERROVIÁRIO
- MUDANÇA DE NÍVEL

Paisagismo

- IPE-AMARELO (HANDROANTHUS CHRYSOTRICHUS) - 7 UN.
- FLAMBOYANT MIRIM (CAESALPINIA PULCHERRIMA) - 9 UN.
- JACARANDÁ-MIMOSO LILÁS (JACARANDA MIMOSIFOLIA) - 6 UN.
- TERRENO NATURAL EXISTENTE
- CALISTEMO (CALISTEMO VIMINALIS) - 8 UN.
- JABUTICABEIRA (PLINIA CAULIFLORA) - 2 UN.
- LARANJEIRA (CITRUS SINENSIS) - 2 UN.
- GRAMA AJARDINADA EXISTENTE

Pisos e revestimentos

- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
- PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍDOS DE PEDRA
- PAVIMENTAÇÃO EM QUARTZITO
- PISO DE SEIXO ROLADO

Mobiliários

- BANCO COM ENCOSTO
- ABRIGO PARA PONTO DE ÔNIBUS
- CRUZEIRO DA BARRA
- EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE
- CHAFARIZ DA BARRA

Fonte: Autores, 2025.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metodologias adotadas por este estudo caracterizam-se pela simplicidade operacional e pela baixa dependência de recursos tecnológicos, o que favorece sua ampla aplicabilidade e replicabilidade tanto no âmbito acadêmico quanto na gestão pública, especialmente em contextos marcados por restrições orçamentárias e técnicas. Nesse sentido, configuram-se como instrumentos viáveis para o diagnóstico e a fundamentação projetual de pequenos espaços públicos em centros históricos, cujos potenciais são frequentemente obscurecidos pelos problemas cotidianos de mobilidade. Para além de sua viabilidade prática, tais métodos incorporam a dimensão humana do projeto ao reconhecer, na paisagem, as dinâmicas de seus atores. O diagnóstico produzido por meio dessas metodologias torna-se instrumento essencial para revelar os modos de apropriação cotidiana, as demandas locais e as desigualdades que atravessam o uso do espaço público. Ao melhor compreendê-los, tornam-se um princípio orientador do projeto, fornecendo subsídios concretos para decisões projetuais mais sensíveis e inclusivas, ampliando, portanto, o direito à paisagem.

Apesar do potencial transformador do projeto e de sua aprovação prévia pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, reconhecem-se desafios inerentes à sua implementação, como limitações orçamentárias, necessidade de manutenção contínua e eventuais riscos de valorização seletiva que podem desencadear processos de gentrificação, exigindo um planejamento cuidadoso da manutenção dos mais vulneráveis em seus locais de moradia e trabalho e participação ativa da comunidade. Além disso, por se tratar de área protegida, a aprovação do projeto dependerá do parecer favorável dos órgãos de preservação, o que reforça a importância de um alinhamento rigoroso com as diretrizes patrimoniais vigentes. Ainda assim, os benefícios decorrentes da requalificação para todos os usuários justificam o investimento e tendem a fortalecer a vitalidade local.

Conclui-se, portanto, que a proposta de requalificação tem potencial para transformar a Rua dos Inconfidentes e seu entorno em um espaço público mais inclusivo, seguro e funcional, conciliando preservação histórica com as demandas contemporâneas de mobilidade, lazer e convivência. Sua implementação, contudo, requer maior articulação institucional, capaz de garantir viabilidade econômica, alinhamento às diretrizes patrimoniais e participação social contínua. Se realizada de forma integrada, a intervenção poderá fortalecer a vitalidade urbana do local e reafirmar sua importância na paisagem e na vida cotidiana de Ouro Preto.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI) da Universidade Federal de Ouro Preto

(UFOP) e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal de Ouro Preto pelo apoio a esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alice Viana de. **Espaços livres de uso público em Ouro Preto-MG**. 2018. Tese de Doutorado – UFMG, Belo Horizonte, 2018.

ARANTES, Rafael de Aguiar. **O(s) espaço(s) público(s) numa cidade desigual e segregada**. Caderno CRH, 34, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.27018>> Acesso em: 30 nov 2025.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, IPHAN, 2012.

COOPER-MARCUS, Clair; FRANCIS, Carolyn. **Post-Occupancy Evaluation**. In: MARCUS, Clair C.; FRANCIS, Carolyn (Eds.). *People Places: Design Guidelines for Urban Open Space*. Nova York: Wiley, 1998. p. 345-356.

GEHL INSTITUTE. **Public life tools: The Complete Guide**. 2017. Disponível em: <<https://gehlpeople.com/tools/>>. Acesso em: 30 nov 2025.

OURO PRETO. **Lei Complementar nº 93, de 20 de janeiro de 2011**. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Ouro Preto, MG, 2011.

RIBEIRO, Sandra Bernardes (Org.). **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. 1ed. Brasília: IPHAN, 2014, v. 1, 150 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/500>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ROSA, Maria Cristina (Org.). **Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2013. 256p.

SERDOURA, Francisco. (2007). **As Dimensões do Espaço Urbano Público**. 5. 149-156.

ZEIZEL, John. **Inquiry by design. Environment/ behavior/ neuroscience in architecture, interiors, landscape, and planning**. New York: W.W. Norton & Company, 2006.

WHYTE, William. **The social life of small urban spaces**. Washington, DC: Conservation Foundation, 1980